



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

### PROJETO DE LEI Nº 2.930, DE 2025

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a penalidade aplicável à recusa ou dificuldade injustificada de acompanhante ou atendente pessoal à pessoa com deficiência internada ou em observação em serviços de saúde.

**Autor:** Deputado AUREO RIBEIRO

**Relator:** Deputado GERALDO RESENDE

## I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.930, de 2025, de autoria do Deputado Aureo Ribeiro, que propõe a alteração da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), com o objetivo de estabelecer penalidade à recusa ou dificuldade injustificada da presença de acompanhante ou atendente pessoal junto à pessoa com deficiência internada ou em observação em serviços de saúde.

Em sua justificativa, o autor ressalta que, não obstante a LBI já assegure esse direito em seu art. 22, observa-se que, na prática, hospitais e unidades de saúde frequentemente impõem obstáculos à presença de





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Deputado Federal Geraldo Resende - PSDB/MS**

acompanhantes, em flagrante prejuízo à autonomia, à segurança e ao bem-estar da pessoa com deficiência.

O projeto propõe, assim, que tal conduta passe a configurar discriminação, sujeitando o infrator às sanções previstas no art. 88 da LBI, além das sanções administrativas cabíveis e da reparação civil.

O projeto não possui apensos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 RICD).

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

É o relatório.





## II – VOTO DO RELATOR

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência é competente para apreciar o mérito desta proposição por tratar de matéria **atinente a este segmento, viés pelo qual será analisado o mérito da proposição em comento.**

**Nesse sentido, é preciso afirmar desde já que se trata de solução simples e eficaz para conferir maior efetividade a um direito já positivado**, qual seja, aquele que assegura à pessoa com deficiência internada ou em observação o direito a acompanhante/atendente, comportando, dentro do razoável e do estabelecido legalmente, exceções pertinentes.

Deve-se considerar, em primeiro lugar, que, no plano fático, há uma discriminação prática às pessoas com deficiência quando o direito ao acompanhante é negado, uma vez que, mais do que um “conforto”, muitas vezes é o acompanhante quem garante o exercício de direitos em igualdade de condições. Não por outro motivo, essa figura jurídica encontra-se consignada no Art. 3º da Lei Brasileira de Inclusão em meio a outras como “acessibilidade”, “tecnologia assistiva” e “adaptações razoáveis”.

Nesse sentido, o que a proposição em comento faz, a nosso ver, é favorecer uma clareza interpretativa e uma atuação uniforme das autoridades no sentido de proteger direitos, do lado mais vulnerável, o lado das pessoas com deficiência.

Trata-se de uma potencialização, no plano infraconstitucional de fundamentos constitucionais e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, como a dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III) e a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação (Art. 3º, IV). No mesmo plano, deve-se recordar que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 6.949/2009), notadamente em seu Art. 25, obriga os Estados a garantirem serviços de saúde sem discriminação às pessoas com deficiência.





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Deputado Federal Geraldo Resende - PSDB/MS

Vale recordar ainda que a mesma Convenção oferece critério hermenêutico importante para a apreciação do mérito do projeto em tela, uma vez que define, em seu Art. 2º, a “discriminação por motivo de deficiência”, “qualquer diferenciação, exclusão ou restrição...com o propósito **ou efeito** de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” de direitos. Ou seja, como dito antes, não é necessário que se queira discriminar, uma vez, que o efeito discriminatório da própria negação do direito já resta configurado.

Ora, se há direitos sendo violados, uma regra de chamado “enforcement”, como a que se propõe, só vem a conferir maior coerência sistêmica ao direito pátrio, em defesa das pessoas com deficiência e suas famílias. Por isso, nossa posição não poderia ser outra que declarar o juízo pela aprovação do presente projeto.

Em nosso juízo, contudo, há que se propor punições mais severas à discriminação contra pessoas com deficiência, justamente pelo grau de reprovabilidade da conduta e das próprias consequências do crime para o bem jurídico protegido. É nesse sentido que propomos uma emenda ao projeto em tela, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Ante o exposto, **voto pela aprovação** do Projeto de Lei nº 2.930/2025, **com a emenda em anexo**.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado **GERALDO RESENDE**  
Relator





**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2.930, DE 2025**

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a penalidade aplicável à recusa ou dificuldade injustificada de acompanhante ou atendente pessoal à pessoa com deficiência internada ou em observação em serviços de saúde.

**EMENDA Nº 1**

Acrescente-se ao projeto o seguinte Art. 3º:

"Art 3º O Art. 88 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 88.....

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

.....

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa".

Sala da Comissão, em                      de                      de 2025.

Deputado **GERALDO RESENDE**  
Relator

